

Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas

Débora Luana Ribeiro Pessoa
(Organizadora)



Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas

Débora Luana Ribeiro Pessoa
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Revisão: Os autores
Organizadora: Débora Luana Ribeiro Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T768 Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas /
Organizadora Débora Luana Ribeiro Pessoa. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-341-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.412212907>

1. Farmácia. I. Pessoa, Débora Luana Ribeiro
(Organizadora). II. Título.

CDD 615

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coleção “Trajetória e Pesquisa nas Ciências Farmacêuticas” é uma obra organizada em dois volumes que tem como foco principal a apresentação de trabalhos científicos diversos que compõe seus 35 capítulos, relacionados às Ciências Farmacêuticas e Ciências da Saúde. A obra abordará de forma interdisciplinar trabalhos originais, relatos de caso ou de experiência e revisões com temáticas nas diversas áreas de atuação do profissional Farmacêutico nos diferentes níveis de atenção à saúde.

O objetivo central foi apresentar de forma sistematizada e objetivo estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado à atenção e assistência farmacêutica, farmacologia, saúde pública, controle de qualidade, produtos naturais e fitoterápicos, práticas integrativas e complementares, entre outras áreas. Estudos com este perfil podem nortear novas pesquisas na grande área das Ciências Farmacêuticas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pela Farmácia, pois apresenta material que apresenta estratégias, abordagens e experiências com dados de regiões específicas do país, o que é muito relevante, assim como abordar temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Trajetória e Pesquisa nas Ciências Farmacêuticas” apresenta resultados obtidos pelos pesquisadores que, de forma qualificada desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Boa leitura!

Débora Luana Ribeiro Pessoa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O ÓLEO ESSENCIAL DE *Citrus limon* COMO ALTERNATIVA PARA O TRATAMENTO DE CANDIDÍASE

Rafael Alves da Silva

Denise Von Dolinger de Brito Röder

Reginaldo dos Santos Pedroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129071>

CAPÍTULO 2..... 11

TOXICIDADE DE PLANTAS DE USO MEDICINAL: DESMITIFICANDO O “SE NATURAL, NÃO FAZ MAL”

Orlene Nascimento da Silva

Flavia Maria Mendonça do Amaral

Jéssyca Wan Lume da Silva Godinho

Táliston Taylon Diniz Ferreira

Denise Fernandes Coutinho

Vanessa do Amaral Neiva

Rivadávia Ramos Neiva Neto

Williane Mesquita Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129072>

CAPÍTULO 3..... 33

ESTUDO DE VALIDAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS: O ELO ENTRE O SABER POPULAR E O FITOTERÁPICO

Flavia Maria Mendonça do Amaral

Mariana Amaral Oliveira

Denise Fernandes Coutinho

Jéssyca Wan Lume da Silva Godinho

Maria do Socorro de Sousa Cartágenes

Vanessa do Amaral Neiva

Rivadávia Ramos Neiva Neto

Williane Mesquita Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129073>

CAPÍTULO 4..... 55

ESTUDOS BIOLÓGICOS, QUÍMICOS E TOXICIDADE DE *Myracrodruon urundeuva* ALLEMÃO: UMA REVISÃO

Carlônia Nascimento Silva

Maine Santos de Lima

Josemilde Pereira Santos

Luciana Patrícia Lima Alves Pereira

Joyce Pereira Santos

Nayara Martins Pestana Sousa

Paulo Henrique Soares Miranda

Keyllanny Nascimento Cordeiro

Juliana Amaral Bergê
Pedro Satiro Carvalho Júnior
Maria Cristiane Aranha Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129074>

CAPÍTULO 5..... 67

***Aesculus hippocastanum* L. (CASTANHA-DA-ÍNDIA): UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS FARMACOBOTÂNICOS, BIOLÓGICOS E FARMACOLÓGICOS**

Sarah Cristina da Silva Araújo
Teresa Ferreira de Jesus Neta
Josemilde Pereira Santos
Joyce Pereira Santos
Nayara Martins Pestana Sousa
Ana Paula Muniz Serejo
Andressa Almeida Santana Dias
Luciana Patrícia Lima Alves Pereira
Maria Cristiane Aranha Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129075>

CAPÍTULO 6..... 76

TESTE DE SUSCETIBILIDADE E TRATAMENTO PARA FUNGO: *Penicillium marneffe*

João Paulo Gomes de Medeiro
Lustallone Bento de Oliveira
Daniel Ben Judah Melo de Sabino
Joselita Brandão de Sant'Anna
Letícia Sousa do Nascimento
Jéssica dos Santos Folha
Rosimeire Faria do Carmo
Melissa Cardoso Deuner
Herdson Renney de Sousa
Camille Silva Florencio
Juliana Paiva Lins
Nadyellem Graciano da Silva
Priscilla Mota da Costa
Aline Rodrigues Alves
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129076>

CAPÍTULO 7..... 88

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE ONICOMICOSSES

Jessika Layane da Cruz Rocha
Larissa Leite Barboza
Hudson Holanda de Andrade
Axell Donelli Leopoldino Lima
Giovanna Masson Conde Lemos Caramaschi
Jéssica dos Santos Folha
Anna Sarah Silva Brito

Nara Rubia Souza
Juliana Paiva Lins
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo
Camille Silva Florencio
Lustarllone Bento de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129077>

CAPÍTULO 8..... 101

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AO USO DE BENZODIAZEPÍNICOS NO BRASIL – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Bárbara Barbosa da Silva Oliveira
Lucas Salvador da Silva
Lidiany da Paixão Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129078>

CAPÍTULO 9..... 110

FARMACOLOGIA DO CÂNCER E ORDEM DE INFUSÃO DE QUIMIOTERAPICOS

Ademar Martins da Silva
Diego da Silva Sousa
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4122129079>

CAPÍTULO 10..... 116

ANÁLISE DA COMPLETUDE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS EM DIVERSAS CIDADES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA REVISÃO RETROSPECTIVA

Raquel Albuquerque da Silva
Tony Clery José da Silva Espíndola
Lidiany da Paixão Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290710>

CAPÍTULO 11 127

ESTUDO SOBRE ÓLEO DE JOJOBA NA CICATRIZAÇÃO DE PELE: REVISÃO DE LITERATURA

Nadêgela Oliveira Silva
Maria Vitória Gomes da Silva
Tibério Cesar Lima de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290711>

CAPÍTULO 12..... 134

AUTOMEDICAÇÃO EM ADULTO

Carla Carolina dos Santos Barros
Thatyele de Oliveira dos Santos
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290712>

CAPÍTULO 13..... 143

BIOTECNOLOGIA - DIAGNÓSTICO, CONTROLE E BIOFÁRMACOS

Lustarllone Bento de Oliveira
Letícia Sousa do Nascimento
Brenno Willians Hertel de Sousa
Axell Donelli Leopoldino Lima
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo
Melissa Cardoso Deuner
Henrique Didó Jacobina
Darlyane Viana de Oliveira
Laércia Cardoso Guimarães Axhcar
Nara Rubia Souza
Juliana Paiva Lins
Erica Carine Campos Caldas Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290713>

CAPÍTULO 14..... 154

PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICAS CONTRAINDICADOS NA GESTAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kelly Ferreira Teixeira da Silva Neri
Lidiany da Paixão Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290714>

CAPÍTULO 15..... 162

ATENÇÃO FARMACÊUTICA: UM COMPROMISSO ÉTICO – PROFISSIONAL NO COTIDIANO DAS FARMÁCIAS EM CARUARU-PE

Adna Cristina da Silva Santos
Rayanne Marília Carvalho Monteiro
Lidiany da Paixão Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290715>

CAPÍTULO 16..... 174

A OCORRÊNCIA DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA PELO USO DOS CONTRACEPTIVOS ORAIS

Alaíce da Mota Rodrigues
Heide Paula Xavier da Silva
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290716>

CAPÍTULO 17..... 184

OS RISCOS DE PSICOFÁRMACOS DURANTE A GESTAÇÃO ASSOCIADO AO USO DE ANTIDEPRESSIVOS

Fernanda Mesquita Almeida
Luana Patrícia Policarpo das Chagas
Patrícia da Mota Silva
Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290717>

CAPÍTULO 18..... 192

CANABIDIOL NO TRATAMENTO DE EPILEPSIA

Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

Alessandro Alves de Araújo

Francisco Gonçalves de Lima

Sânia Paola de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41221290718>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 202

ÍNDICE REMISSIVO..... 203

ANÁLISE DA COMPLETUDE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS EM DIVERSAS CIDADES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA REVISÃO RETROSPECTIVA

Data de aceite: 23/07/2021

Data de submissão: 09/06/2021

Raquel Albuquerque da Silva

Centro Universitário do Vale do Ipojuca
(UNIFAVIPIWYDEN)

Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/5447368548958682>

Tony Clery José da Silva Espíndola

Centro Universitário do Vale do Ipojuca
(UNIFAVIPIWYDEN)

Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/1054965166293520>

Lidiany da Paixão Siqueira

Centro Universitário do Vale do Ipojuca
(UNIFAVIPIWYDEN)

Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/5278145794151805>

RESUMO: A prescrição médica é o principal instrumento de comunicação entre prescritor e o usuário, a qual tem por finalidade propor o melhor tratamento farmacoterapêutico. Entretanto, pode ser classificada como fonte de risco à saúde do paciente, devido a ilegibilidade e incompletude presente na mesma. Diante disto, o objetivo do presente estudo foi realizar um levantamento de artigos que tratem dos principais erros presentes em receitas, bem como as principais consequências e riscos à vida que essa incompletude pode surtir. Foram realizadas pesquisas de artigos científicos nas bases de dados do SCIELO, EBSCO e LILACS,

compreendendo o período de 2011 a 2019. Os resultados mostraram-se incoerentes com a legislação, pois apresentaram uma alta taxa de ausência das variáveis, como a identificação do paciente, do prescritor, do medicamento e a presença de ilegibilidade. Mediante disto, surge a necessidade da sensibilização dos profissionais no ato de prescrever, a importância da análise da prescrição e fornecimento de informações ao paciente pelo profissional farmacêutico no ato da aviação, como também a implantação de sistemas para receitas digitalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Prescrição médica. Completude. Pacientes. Ilegibilidade.

ANALYSIS OF COMPLETENESS OF DOCTOR PRESCRIPTIONS IN SEVERAL CITIES OF THE BRAZILIAN TERRITORY: A RETROSPECTIVE REVIEW

ABSTRACT: The medical prescription is the main communication tool between the prescriber and the user, which aims to propose the best pharmacotherapeutic treatment. However, it can be classified as a source of risk to the patient's health, due to the illegibility and incompleteness present in the same. In view of this, the aim of this study was to carry out a survey of articles that deal with the main errors present in recipes, as well as the main consequences and risks to life that this incompleteness can bring. Were realized searches for scientific articles in the databases of the SCIELO, EBSCO and LILACS, covering the period from 2011 to 2019. The results were inconsistent with the legislation, because they presented a high rate of absence of the variables, like patient identification, of the prescriber, of

the medicine and the presence of illegibility. For this reason, there is a need to sensitize professionals in the act of prescribing, the importance of prescription analysis and provision of information to the patient by the pharmacist in the act of aviation, as well as the implementation of systems for digitized recipes.

KEYWORDS: Medical prescriptions. Completeness. Patients. Illegibility.

1 | INTRODUÇÃO

A prescrição médica é um dos principais instrumentos de comunicação entre o profissional habilitado por sua emissão (médico), o responsável por sua dispensação (farmacêutico) e o usuário. Sendo assim definida como uma ordem escrita medicamentosa que determinará como o paciente fará uso da farmacoterapia descrita. Toda e qualquer prescrição é regida no Brasil por meio de Leis Federais, pela resolução do Conselho Federal de Farmácia, além de serem observados e respeitados os códigos de ética das profissões que abrangem a área de saúde (ALVES; SANTOS; LEMOS, 2017).

Segundo os estudos de Santos et al. (2018), a prescrição médica é uma ferramenta fundamental na prevenção de erros de medicação, visto que em muitas circunstâncias é a fonte de muitos danos à saúde do paciente, devido a ilegibilidade, ambiguidade e incompletude presentes na mesma. Esse documento ainda possui a autoridade de promover o uso racional de medicamentos, quando prescrita de forma correta, pois garante a dispensação correta dos medicamentos, determina a forma farmacêutica, dose e via de administração que devem ser administrados nos intervalos de tempo adequados (BANDEIRA et al., 2015).

Para garantir a promoção da eficácia de uma terapia medicamentosa, as etapas de prescrição, dispensação e administração devem ser realizadas com atenção por meio dos profissionais responsáveis. Sendo a fase da prescrição a que mais apresenta erros observados, é importante que o responsável habilitado compreenda o tipo de receita que está em vigor em sua área de atuação, tornando possível tomar estratégias que irão garantir a qualidade da prescrição e como consequência a efetividade terapêutica (BANDEIRA et al., 2015).

Os erros advindos de prescrições médicas são considerados como evitáveis, pois em várias circunstâncias esses desvios decorrem da falta de comunicação e má preparo de profissionais. Independentemente do nível da gravidade, esses equívocos podem causar danos e prejuízos aos pacientes, podendo comprometer a saúde e a qualidade de vida dos mesmos (MOURA; FILHA; RIBEIRO, 2018). Outro ponto a ser observado como incoerente nas receitas médicas é a presença da polifarmácia, quando há a presença de quatro ou mais medicamentos descritos na prescrição, que poderá comprometer ainda mais a saúde do paciente (SANTOS et al., 2018).

Com o passar dos anos e os avanços tecnológicos, a demanda e a diversidade de medicamentos só aumentaram, e com esse crescimento, houve o aumento da preocupação

junto a sociedade também, pois esse alargamento deve-se a utilização da automedicação de forma irracional por parte da população. Contudo, surge então a importância de instigar os profissionais a promover a saúde por meio do uso racional de medicamentos, sendo as prescrições médicas fundamentais para a sua ascensão (OLIVEIRA; SANTOS; LEITE, 2015).

Considerando a importância da completude de prescrições médicas para pacientes, o presente trabalho tem por objetivo realizar um levantamento de artigos que tratem dos principais erros observados em receitas, bem como as principais consequências e riscos à vida que essa incompletude pode surtir.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo teve como base uma revisão bibliográfica de dados de prescrições médicas dispensadas em algumas cidades do território brasileiro, acerca dos principais erros encontrados nas mesmas, englobando os danos mais predominantes que esses equívocos podem ocasionar.

Deste modo, foi realizada uma busca de artigos científicos que abordassem conceitos sobre a completude de prescrições, a partir da busca em banco de dados virtuais nas plataformas do Scielo, Ebsco, Lilacs e alguns documentos publicados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Para os critérios de inclusão foram adotados os artigos publicados que compreendiam o período de 2011 a 2019, como também por artigos que continham relevância para o tema do trabalho. Foram adotados para critérios de exclusão os artigos que não atendiam o período contemplado, como também os que não possuíam proeminência para o tema em questão.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Sistema Único de Saúde (SUS) a população possui acesso aos medicamentos por meio da prescrição médica, fazendo-se o farmacêutico o responsável por sua aviação no ato da dispensação (BANDEIRA et al., 2015). Entretanto, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 preconiza algumas exigências antes da efetivação da sua dispensa, como a obrigatoriedade do nome e endereço do paciente, dose e posologia da medicação, forma farmacêutica, via de administração, duração de tratamento e data de emissão da receita. Outros critérios estão relacionados ao prescritor, como o nome, o número de inscrição do Conselho Regional de Medicina (CRM), carimbo e assinatura (BRASIL, 1973).

3.1 Principais erros de medicação

Os erros de medicação podem acontecer em qualquer etapa do tratamento, estando no domínio de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos) ou pacientes,

porém, são considerados evitáveis e devem ser impedidos para que não haja riscos à saúde do consumidor. Dentre os principais pontos que compreendem este tema, estão: erro de prescrição, erro de dispensação e erro de administração (JACOBSEN; MUSSI; SILVEIRA, 2015).

De acordo com Belela et al. (2011), os erros de prescrição envolvem a escolha incorreta da medicação, a ausência de dose e forma farmacêutica, assim como uma prescrição incompleta e ilegível. Já a dispensação errônea, origina a distribuição incorreta de medicamentos, enquanto que uma administração equivocada, acarreta na troca de via medicamentosa, infusão de medicamentos incorretos e não prescritos. Existem alguns fatores associados a estes erros, como a falta de atenção, comunicação, conhecimento e negligência por parte dos profissionais (JACOBSEN; MUSSI; SILVEIRA, 2015).

3.2 Legibilidade da prescrição médica

A Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 ainda preconiza acerca da legibilidade das prescrições médicas, tendo em vista que quando houver hesitação devido a ilegitimidade, deve-se contatar o profissional que a prescreveu para que ocorra a aviação. Muitos são os problemas relacionados a ilegitimidade de receitas, dos quais comprometem a comunicação do prescritor com os pacientes e profissionais de saúde, podendo ocasionar graves problemas relacionados a medicamentos ou até fatais. Logo, recomenda-se o uso de receitas digitadas para a melhoria da legibilidade das mesmas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Toda prescrição médica deve ser escrita de forma clara e nítida, afim de que todo o conteúdo presente na mesma seja compreendido. Quando escrita de forma ilegível, esta pode comprometer o sucesso da eficácia do tratamento. Quanto a classificação da legibilidade de receitas estão: legível (lidas normalmente com todos os padrões inclusos), pouco legível (quando geram dúvidas e pouco mais de 50% do conteúdo é entendido) e ilegível (com difícil interpretação e pelo menos 50% da descrição é incompreensível), sendo estas classificações usadas como padrões de interpretação (OLIVEIRA; SANTOS; LEITE, 2015).

A partir da Tabela 1 é possível observar que os municípios de Belém (46,8%) e Bacabal (22,0%) descrevem um percentual inferior a cinquenta por cento no que diz respeito a variável da legibilidade. Quanto a ilegitimidade, os municípios que apresentaram valores mais discrepantes foram Belém (28,92%), Recife (22,0%), Portal do Araguaia (16,5%) e Juiz de Fora (14,63%). Esses resultados podem ser considerados críticos, pois a falta de legibilidade de prescrições médicas é capaz de ocasionar sérios problemas, como interpretações equivocadas, que pode influenciar na troca de medicamentos ou via de administração, de modo que essa comutação poderá originar consequências graves ou letais à vida do paciente (OLIVEIRA et al., 2015).

CIDADE (ESTADO)	RECEITA LEGÍVEL	RECEITA POUCO LEGÍVEL	RECEITA ILEGÍVEL	REFERÊNCIA
Portal do Araguaia-MT	83,5%	-	16,5%	FERRARI et al. (2013)
Belém-PA	46,8%	25,00%	28,92%	LOPES et al. (2014)
Catalão-GO	63,2%	32,6%	4,2%	OLIVEIRA et al. (2015)
Ijuí-RS	94,3%	-	5,7%	BANDEIRA et al. (2015)
Poções-BA	94,0%	-	6,0%	DEBASTIANINI e COQUEIRO (2017)
Juiz de Fora-MG	-	-	14,63%	MOURA et al. (2018)
Brasília-DF	64,5%	33,2%	2,3%	SANTOS et al. (2018)
Bacabal-MA	22,0%	68,0%	10,0%	SILVA et al. (2019)
Recife-PE	-	-	22,0%	AMARAL et al. (2019)

Tabela 1: Porcentagem observada sobre a da legibilidade em prescrições médicas manuais dispensadas em alguns municípios brasileiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Amaral (2019), mesmo que o Art. nº 11 do Código de Ética Médica vede a possibilidade de receitar e atestar de forma secreta ou ilegível, ainda assim, a ilegibilidade de prescrição é um dos erros mais frequentes nas redes de dispensação de medicamentos (postos, farmácias e drogarias), sendo observada uma elevada falta de conscientização e falta do cumprimento do código de ética por partes dos prescritores.

3.3 Informações sobre o paciente

De acordo com Santos et al. (2018), a prescrição é dita como parte da documentação pessoal de um paciente, logo, esta deve ser prescrita de forma individualizada e intrasferível, contendo a identificação do usuário, isto é, nome e endereço. A falta dessas informações na prescrição poderá dificultar a localização dos pacientes, quando estas dispensadas em drogarias e farmácias, como também originar a troca de medicamentos entre pacientes nas redes hospitalares (SILVA et al., 2019).

Conforme a Tabela 2, o resultado apresentado pelo município de Juiz de Fora na variável de nome (42,27%), pode ser considerado elevado ao ser comparado com os valores descritos pelos outros municípios. Quanto ao endereço, os municípios de Portal do Araguaia (90,0%), Jequié (100%) e Bacabal (100%) mostraram-se bastante elevados. Esses resultados vão de encontro com a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, a qual decreta que somente será aviada a receita que contenha a identificação completa do paciente (BRASIL, 1973).

CIDADE (ESTADO)	NOME %	ENDEREÇO %	REFERÊNCIA
Portal do Araguaia-MT	0,8	90,0	FERRARI et al. (2013)
Catalão -GO	0	-	OLIVEIRA et al. (2015)
Ijuí- RS	0,2	-	BANDEIRA et al. (2015)
Jequié-BA	0,4	100	ALVES et al. (2017)
Juiz de Fora-MG	42,27	-	MOURA et al. (2018)
Brasília-DF	0	-	SANTOS et al. (2018)
Bacabal-MA	0	100	SILVA et al. (2019)

Tabela 2: Porcentagem observada sobre a ausência de informações dos pacientes nas prescrições médicas dispensadas em alguns municípios brasileiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

3.4 Informações sobre o prescritor

Conforme a Resolução nº 80, de 11 de maio de 2006, toda e qualquer prescrição deverá apresentar a identificação completa do emitente, sendo uma das condições essenciais no fracionamento de medicamentos. Dos principais dados exigidos para sua identificação, estão: nome, número de registro do respectivo conselho profissional, endereço completo do consultório ou da instituição de saúde que faz parte, carimbo e assinatura (ANVISA, 2006).

A ausência de informações do prescritor deve ser evitada, pois o não cumprimento dessa exigência, dificulta a comunicação entre o profissional responsável pela dispensação e o prescritor na necessidade de sanar dúvidas relacionadas a medicação, como também poderá incentivar a ocorrência de fraudes e falsificações, suscitando no uso irracional e abusivo de medicamentos (MOURA; FILHA; RIBEIRO, 2018).

Os municípios de Portal do Araguaia e Poções na Tabela 3 não apresentaram ausência de informações em nenhuma das variáveis, indo ao encontro dos requisitos estabelecidos pela Portaria 344/98, por se tratarem de substâncias sujeitas a controle especial (ANVISA, 1988).

CIDADE (ESTADO)	NOME	ASSINATURA	CARIMBO	CRM	REFERÊNCIA
Portal do Araguaia-MT	0%	0%	0%	0%	FERRARI et al. (2013)
Catalão -GO	12,1%	12,1%	12,1%	12,1%	OLIVEIRA et al. (2015)
Ijuí- RS	-	0,7%	11,1%	11,1%	BANDEIRA et al. (2015)
Jequié-BA	0,33%	0,67%	1,33%	0,5%	ALVES et al. (2017)
Poções-BA	0%	0%	0%	0%	DEBASTIANINI e COQUEIRO (2017)
Brasília-DF	0,6%	-	-	-	SANTOS et al. (2018)
Juiz de Fora-MG	-	11,62%	9,57%	9,57%	MOURA et al. (2018)
Bacabal-MA	0,23%	-	-	0%	SILVA et al. (2019)

Tabela 3: Porcentagem observada sobre a ausência de informações do prescritor nas prescrições médicas dispensadas em alguns municípios brasileiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na variável do nome, a cidade de Catalão (12,1%) mostrou um percentual maior comparado aos outros municípios. Nas variáveis correspondentes a assinatura, CRM e carimbo, as localidades de Juiz de Fora, Ijuí e Catalão, expressaram resultados mais elevados. Logo, é possível observar que os resultados apresentados são preocupantes e descumprem os critérios exigidos pela RDC 357/2001 no ato da aviação.

3.5 Informações sobre o medicamento

Conforme a Resolução de nº 357, de 20 de abril de 2001, o farmacêutico responsável só poderá realizar a dispensação da receita, se a mesma conter as informações completas acerca do medicamento, isto é, a posologia, a forma farmacêutica, o método de administração, apresentação e duração do tratamento (BRASIL, 2001). A prescrição ainda deve respeitar outras exigências relacionadas a DCB (denominação comum brasileira), DCI (denominação comum internacional), nome comercial do medicamento, como também evitar a abreviação do nome dos medicamentos.

De acordo com a RDC 51/2007, o medicamento genérico deve ser dispensado conforme a DCB, e em segundo caso, pela DCI, enquanto que o medicamento de referência ou similar, poderão ser dispensados pelos seus respectivos nomes de marca, pela DCB e em sua falta pela DCI. Entretanto, em qualquer unidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os medicamentos similares deverão ser prescritos obrigatoriamente pela denominação comum brasileira ou em sua ausência pela denominação comum internacional (ANVISA, 2007).

Estudos realizados por Silva et al. (2019) em uma farmácia de unidade básica no estado do Maranhão, mostraram que 98% das prescrições pesquisadas foram emitidas conforme a DCB e apenas 2% pela DCI. Esses dados colidem com os estudos realizados

por Santos et al. (2018) numa unidade de atenção primária no Distrito Federal, que apresentaram conforme a DCB apenas 64,1% em prescrições eletrônicas e 81,8% em prescrições manuais, sendo esses valores considerados não ideais, já que a obrigatoriedade de estarem prescritos conforme a DCB é de 100%.

Na variável relacionada a ausência de dose do medicamento na Tabela 4, os municípios de Ijuí (16,8%) Jequié (5,83%) e Juiz de Fora (11,01%) apresentaram um maior crescimento. De acordo com os estudos de Santos et al. (2018), a falta dessa informação na prescrição, ocasiona a vários eventos indesejáveis, como a diminuição da qualidade do atendimento do prescritor, a dispensação incorreta, uma difícil adesão ao tratamento e o insucesso na terapia.

CIDADE (ESTADO)	DOSE	POSOLOGIA	CONCENTRAÇÃO	F. F	VIA ADM	REFERÊNCIA
Portal do Araguaia-MT	1,2%	15,5%	-	0,4%	-	FERRARI et. (2013)
Belém-PA	-	10,59%	-	-	8,9%	LOPES et al. (2014)
Ijuí- RS	16,8%	16,7%	-	10,2%	12,1%	BANDEIRA et al. (2015)
Jequié-BA	5,83%	4,5%	44,0%	22,67%	23,5%	ALVES et al. (2017)
Poções-BA	0,38%	15,83%	0,33%	0%	-	DEBASTIANINI e COQUEIRO (2017)
Brasília-DF	0,5%	0,4%	32,4%	57,6%	38,4%	SANTOS et al. (2018)
Juiz de Fora-MG	11,01%	22,64%	-	-	5,39%	MOURA et al. (2018)
Bacabal-MA	-	32,9%	34,4%	32,2%	50,9%	SILVA et al. (2019)

Tabela 4: Porcentagem observada sobre a ausência de informações do medicamento nas prescrições médicas dispensadas em alguns municípios brasileiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

Acerca da posologia, é possível observar que a maioria das localidades apresentaram valores estatisticamente discrepantes. É importante montar um esquema posológico para manter a constância da janela terapêutica, e assim alcançar a eficácia do medicamento, pois a ausência desta variável ou prescrição indevida, irá originar problemas sérios aos usuários, como as reações adversas ou até mesmo a morte (AMARAL et al., 2019).

No quesito relacionado a ausência de concentração, as cidades de Jequié (44,0%), Brasília (32,4%) e Bacabal (34,4%) superaram os resultados da cidade de Poções (0,33%). A variável da forma farmacêutica apresentou valor consideravelmente alto no município de Brasília (57,6%), com mais de metade das prescrições sem a presença deste indicador, como também em Bacabal (50,9%), com mais de cinquenta por cento de ausência da via de administração. Os resultados expressos na Tabela 4, mostram que as exigências não estão

sendo cumpridas, e mais uma vez foram de encontro com a RDC 357/2001.

A falta de informações essenciais sobre medicamentos nas prescrições médicas, afeta tanto o paciente que tem seu tratamento prejudicado por diversos fatores, quanto a gestão, que tem desperdícios de recursos financeiros (SANTOS et al., 2018). Estudos informam que o farmacêutico deve avaliar as prescrições e que as mesmas só serão aviadas, desde que sejam claras assegurando a certeza do tratamento, caso haja dúvidas, deve-se contatar o prescritor para que as mesmas sejam sanadas (BANDEIRA et al., 2015).

3.6 Importância do farmacêutico

A importância do profissional farmacêutico vai além do ato dispensar medicamentos, pois não se trata de uma entrega de mercadorias, mas sim do fornecimento de informações e análise precisa da prescrição, que irão garantir a eficácia terapêutica, a melhoria da qualidade de vida e a segurança do paciente. A dispensação ideal é aquela constituída por várias etapas, das quais incluem: orientação correta acerca do uso de medicamentos, possíveis interações entre medicamentos e alimentos, acompanhamento da adesão ao tratamento, efeitos colaterais e armazenamento adequado dos produtos (ZANELLA; AGUIAR; STORPIRTIS, 2014).

4 | CONCLUSÃO

Mediante os resultados obtidos por meio da revisão dos artigos já publicados, é possível identificar que a escassez de informações e a presença de ilegibilidade ainda são constantes nas prescrições, descumprindo de forma direta as Leis e Resoluções em vigor. É necessário instigar a sensibilidade e a reponsabilidade dos prescritores, como também a importância da análise da receita pelo profissional farmacêutico no ato da aviação. Enfatiza-se também a necessidade da migração total de receitas manuais para receitas digitalizadas, evitando assim danos ao paciente e como consequência a garantia de sua segurança.

REFERÊNCIAS

ALVES, CARLOS DANIEL SILVA et al. **Análise da completude das prescrições médicas de antimicrobianos dispensadas em farmácia comunitária de Jequié, Bahia.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 41, n. 1, p. 29-44 jan./mar. 2017. Disponível em: <http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1307/2174>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

AMARAL, ANTÔNIO GUSTAVO DE SIQUEIRA et al. **Análise de prescrições irregulares em uma rede de farmácias do Recife.** Rev. APS. 2019; abr./jun.; 22 (2): 251 –263. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16487/20785>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

BANDEIRA, ADELINA CASALI et al. **Análise das prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ijuí – RS.** Saúde (Santa Maria), Vol. 41, n. 1, jan./jul., p.229-238, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/raquel/Downloads/15553-85086-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/raquel/Downloads/15553-85086-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 31 de outubro de 2020.

BRASIL, Presidente da República. Lei n. 5.991, de 17 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez 1973. Disponível em: URL <https://www.cff.org.br/userfiles/file/leis/5991.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolo coordenado pelo Ministério da Saúde e ANVISA em parceria com FIOCRUZ e FHEMIG. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** D.O.U. 25/09/2013 Pág.113 Seção 1. Disponível em: https://www.sbahq.org/resources/pdf/defesaprofissional/artigos/protocolos_seguranca_prescricao_uso_e_adm_medicamentos.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Estabelece os requisitos de Boas Práticas para Fracionamento de Medicamentos.** Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 12 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/332.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.** Diário Oficial da União, de 19 de maio de 1998. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em: 26 de maio de 2021.

BRASIL, Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 357, de 20 de abril de 2001. **Aprova o Regulamento Técnico das Boas Práticas de Farmácia.** Disponível em: https://www.google.com/search?q=como+fazer+citar+c3%A7%C3%A3o+de+uma+RDC&source=Imns&bih=625&biw=1366&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjH7rPDnOjwAhXKNbkGHStzB_MQ_AUoAHoECAEQAA. Acesso em: 26 de maio de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução - RDC nº 51, de 15 de agosto de 2007. **Altera o item 2.3, VI, do Anexo I, da Resolução RDC nº 16, de 2 de março de 2007 e o Anexo da Resolução RDC nº 17, de 2 de março de 2007.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0051_15_08_2007.html. Acesso em: 26 de maio de 2021.

BELELA, ALINE SANTA CRUZ. **Manual de Erros de Medicação Definições e Estratégias de Prevenção.** Conselho Regional de enfermagem do estado de São Paulo – COREN-SP. São Paulo, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/raquel/Downloads/1340135691erros_de_medicaodefinicoes_e_estrategias_de_prevencao.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2021.

DEBASTIANI, ANA KATHERINE DE SOUZA e COQUEIRO, JAQUELINE FERRAZ RODRIGUES. **Análise de Prescrições Médicas de medicamentos regulados pela Portaria federal 344/1998, dispensados em uma drogaria no interior da Bahia.** Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/983/1408>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

FERRARI, CARLOS KUSANO BUCALEN et al. **Falhas na Prescrição e Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos: Um problema de Saúde Pública.** Rev Ciênc Farm Básica Apl., 2013;34(1):109-116. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/244/242>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

JACOBSEN, THIELY FERNANDES et al. **Análise de erros de prescrição em um hospital da região sul do Brasil.** Rev. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo v.6 n.3 23-26 jul./set. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/raquel/Downloads/erros%20de%20prescri%C3%A7%C3%A3o%202015.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

LOPES, LETÍCIA NOBRE et al. **Qualidade das prescrições médicas em um Centro de Saúde Escola da Amazônia Brasileira**. Rev Soc Bras Clin Med. 2014 abr-jun;12(2):xx-xx. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2014/v12n2/a4184.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

MOURA SNC. **Análise de erros nas prescrições médicas em uma unidade de pronto atendimento do município de Juiz de Fora – MG**. Recmvr Ahead of print; 2:27-35. Disponível em: <file:///C:/Users/raquel/Downloads/2464-9546-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, CRISTINA SANTOS et al. **Avaliação da qualidade das prescrições médicas da farmácia municipal de Catalão – Goiás**. Rev. Med. [online] Minas Gerais, 2015; 25(4): 556-561. Disponível em: [file:///C:/Users/raquel/Downloads/v25n4a14%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/raquel/Downloads/v25n4a14%20(2).pdf). Acesso em: 31 de outubro de 2020.

SANTOS, ANNA CECÍLIA SOARES et al. **Erros de prescrição em uma farmácia básica do Distrito Federal**. Cienc. enferm. [online]. 2018, vol.25, 3. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/cienf/v25/0717-9553-cienf-25-3.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SILVA, ANTONIA FERNANDA LOPES et al. **Análise de erros nas prescrições dispensadas em uma Unidade Básica de Saúde**. Research, Society and Development, v. 9, n.2, e171922248, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2248/1812>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

ZANELLA C.G. et al. **Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, 20(2):325-332, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/raquel/Downloads/farmacaceutico.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes etiológicos de onicomicoses 89

Antidepressivos 101, 106, 107, 108, 184, 185, 197

Aroeira-do-sertão 55, 56, 60, 64, 66

Assistência farmacêutica 49, 101, 103, 140, 141, 159, 164, 169, 170

Atenção farmacêutica 27, 55, 67, 114, 134, 138, 140, 141, 142, 162, 164, 165, 170, 171, 172, 173

Automedicação 13, 16, 17, 32, 118, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 159, 162, 164, 169, 172

B

Biotecnologia 66, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 182, 202

C

Canabidiol 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201

Câncer 110, 111, 112, 113, 114, 145, 196, 199

Candida 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 56, 57, 65, 83, 86, 92, 93

Castanha-da-índia 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

CBD 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Cicatrização 127, 129, 130, 132

Completude 116, 118, 124

Compromisso ético 162

Conhecimento tradicional 34, 37, 38, 46, 48, 56, 69

Contracepção oral 174, 175, 176, 177, 182, 183

D

Doenças infectocontagiosas 144, 147, 152

Doenças virais 144, 147

E

Escina 67, 70, 71, 72, 73, 74

Eventos adversos 11, 13, 16, 23, 113, 140

F

Fitoterapia 11, 12, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 127, 133, 155, 159, 160

Fitoterápicos 13, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 154, 157, 159, 160, 161

G

Gestantes 18, 64, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 188, 189

Gravidez 3, 26, 29, 160, 176, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191

I

Illegibilidade 116, 117, 119, 120, 124

Interação medicamentosa 11

Intoxicação 11, 16, 20, 134, 136, 137, 142, 186, 198

J

Jojoba 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

M

Medicamentos 3, 4, 5, 12, 17, 19, 22, 23, 25, 30, 33, 36, 37, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 81, 83, 84, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 198, 199

O

Óleos vegetais 127, 128, 130, 132

Óleos voláteis 1

Onicomicose 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100

P

Pacientes 3, 7, 18, 22, 30, 43, 57, 70, 79, 83, 84, 85, 89, 90, 92, 98, 102, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 136, 137, 140, 149, 166, 167, 168, 176, 181, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200

Pele 2, 12, 43, 79, 80, 81, 83, 88, 90, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 156

Penicillium 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87

Plantas medicinais 4, 5, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 41, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 133, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161

Prescrição médica 116, 117, 118, 119, 136, 139, 142, 169, 189

Propriedades físicas 63, 127, 128

Psicofármacos 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Psicotrópicos 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 125, 185

Q

Quimioterápicos 56, 110, 112, 113, 114

T

Teste de suscetibilidade 76, 77, 78, 81, 82, 85

Tratamento 1, 3, 6, 7, 11, 15, 23, 43, 45, 58, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 122, 123, 124, 128, 129, 132, 135, 136, 137, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 155, 158, 162, 166, 167, 168, 171, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201

Tratamentos de onicomicoses 89

Trombose 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183

U

Uso de medicamentos 12, 68, 75, 101, 103, 104, 107, 108, 124, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 164, 167, 185

V

Venda indiscriminada de medicamentos 134, 138

Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Trajetória e pesquisa nas ciências farmacêuticas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 